



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

HANAH ARIDI MOURA

**UM ESTUDO DA POLITICA PUBLICA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL
PARA O DESENVOLVIMENTO POLÍTICO E O CASO DO MINERODUTO DA
FERROUS**

Orientador: Jeferson Boechat Soares

Viçosa, dezembro de 2014.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

HANAH ARIDI MOURA

**UM ESTUDO DA POLITICA PUBLICA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL
PARA O DESENVOLVIMENTO POLÍTICO E O CASO DO MINERODUTO DA
FERROUS**

Monografia apresentada ao
Departamento de Ciências Sociais da
Universidade Federal de Viçosa, como
requisito para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Sociais.

Viçosa,Dezembro,2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES**

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

HANAH ARIDI MOURA

**UM ESTUDO DA POLITICA PUBLICA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL
PARA O DESENVOLVIMENTO POLÍTICO E O CASO DO MINERODUTO DA
FERROUS**

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Orientador – Dr. - Jeferson Boechat Soares
Departamento de Ciências Sociais
Universidade Federal de Viçosa

Prof. – Dr. Fabrício Roberto Costa Oliveira
Departamento de Ciências Sociais
Universidade Federal de Viçosa

Prof. Dr. Marcelo Ottoni Durante
Departamento de Ciências Sociais
Universidade Federal de Viçosa

Viçosa,Dezembro de 2014

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por te sido fiel durante toda a minha caminhada em Viçosa: Mil poderão cair ao seu lado, dez mil à sua direita, mas nada o atingirá. [...] “porque ele me ama, eu o resgatarei; eu o protegerei, pois conhece o meu nome”. (Salmo 91).

Agradeço aos meus pais, Cícero e Rieme, pelo amor e por me concederem a oportunidade de ampliar meus conhecimentos e vivenciar experiências que contribuíram para minha formação profissional e pessoal.

Ao Projeto PACAB todos que já fizeram parte dessa equipe por me permitir vivenciar realidades que ultrapassam os limites da Universidade.

Aos antigos amigos e os grandes amigos que fiz em Viçosa que me acompanharam nessa caminhada contribuindo para que meus dias fossem mais prazerosos e felizes.

Ao Prof. Jeferson Boechat Soares por valorizar minha atuação nesses anos de graduação e por ter contribuído com o desenvolvimento do meu olhar crítico a partir de trocas de experiências e por me fazer perceber que exercitá-lo é crucial.

Índice:

Apresentação	7
Considerações Iniciais	9
Introdução	10
Procedimentos Metodológicos	14
<i>Área de Estudo</i>	18
Capítulo 1: MOBILIZAÇÃO CONTRA MINÉRIO DA FERROUS PELA PERSPECTIVA CONCEITUAL E ARGUMENTATIVA DE REDE SOCIAL – MICRORREGIÃO DE VIÇOSA-MG	20
CAPÍTULO II O MODELO INSTITUCIONAL DA POLÍTICA PÚBLICA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E SUA RELAÇÃO COM A PROMOÇÃO DE UM SISTEMA CÍVICO	31
Marco Teórico	31
<i>Desenvolvimento Político</i>	31
<i>Esquema de Tilly</i>	35
A Base Empírica da Pesquisa e sua Relação com o desenvolvimento político	38
Considerações finais	48
Referências Bibliográficas	49

LISTA DE SIGLAS

CPT – Comissão Pastoral da Terra

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

MAB – Movimento Atingido por Barragem

PACAB – Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens

PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas

RIMAs – Relatório de Impacto Ambiental

UHEs - Usinas Hidrelétricas de Energia

Apresentação:

Esta monografia é resultado das análises desenvolvidas durante a minha participação no Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens - PACAB - enquanto bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq - no período de agosto de 2013 a julho de 2014, bem como das discussões e reflexões elaboradas no âmbito das atividades acadêmicas do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa, na qual concluo a minha graduação.

A pesquisa foi dividida em duas partes, sendo que o primeiro capítulo tem como objetivo analisar a formação da rede de atores sociais contra o empreendimento minerário da Ferrous na microrregião de Viçosa e no território da Serra do Brigadeiro no Estado de Minas Gerais. A partir do caso estudado do mineroduto da Ferrous, o segundo capítulo tem como objetivo analisar os mecanismos legais que envolvem o processo de licenciamento ambiental, instrumento de avaliações técnicas e de decisões deliberativas de empreendimentos potencialmente poluidores para o meio ambiente, com o intuito de identificar em que medida a política pública de licenciamento contribui para o desenvolvimento político.

O caso do mineroduto da Ferrous na microrregião de Viçosa é emblemático para esta análise devido às especificidades ambientais da região, uma vez que o local sofre com o abastecimento de água. Mas também, por apresentar especificidades procedimentais e, sobretudo, pela intensa organização e manifestação de atores sociais que sofrerão os impactos socioambientais deste empreendimento seja diretamente ou indiretamente. Nessa medida, podemos verificar que houve envolvimento de distintos atores e seguimentos sociais neste processo de licenciamento, a saber: posicionamentos técnicos de professores da Universidade Federal de Viçosa; envolvimento de estudantes de diferentes cursos da Universidade Federal de Viçosa; instâncias jurídicas (Ministério Público de Minas Gerais); órgãos ambientais em nível estadual e federal (IEF, IBAMA); posicionamentos de instâncias públicas (Prefeitura de Viçosa e Paula Cândido); bem como a manifestação de lideranças locais (líderes da Igreja Católica, líderes comunitários).

Nessa medida, o estudo de caso de resistência ao mineroduto da Ferrous na microrregião de Viçosa nos possibilita acompanhar e analisar os meandros institucionais do licenciamento ambiental, bem como identificar os agentes aí envolvidos.

Considerações Iniciais

Por ser nosso referencial empírico, a análise do licenciamento ambiental de um projeto minerário, é importante, nesse primeiro momento, caracterizar o que seria um mineroduto. Os minerodutos são tubos que transportam minério de ferro até o local de beneficiamento e têm sido apontados, sobretudo pelos setores dos órgãos ambientais e setores privados, como a tecnológica mais viável para o deslocamento do minério, uma vez que são consideradas obras com menor impacto ambiental, principalmente, dada a deficiência da malha rodoviária brasileira.

O transporte via mineroduto aparece como uma opção vantajosa se comparada com os transportes rodoviários por tirar muito caminhão da estrada, reduzindo, assim, a poluição. Segundo o gerente de Mineroduto da Samarco, Ivan Santos, a empresa transporta 60 mil toneladas de minério por dia, o que exigiria, caso a opção fosse o transporte rodoviário, o uso de 1,5 mil caminhões, o que "seria um grande impacto negativo no dia a dia das pessoas".¹ A partir dessa compreensão a construção de mineroduto seria condizente com a proposta atual de desenvolvimento sustentável que busca compatibilizar desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

Contudo, alguns estudiosos apontam que tais obras não podem ser consideradas tendo como referência apenas a questão logística. Sendo, portanto, necessários estudos que considerem, para além do aspecto logístico, a especificidade da área a ser impactada e os impactos socioambientais causados às comunidades. Como é a questão da água considera vital para vida humana. Segundo os estudos realizados pela empresa Ferrous (EIA/RIMAs)² o mineroduto utilizará 970 litros de água por segundo, o que significa que essa quantidade dá para abastecer cinco cidades de Viçosa por dia. Sobre essa questão da água, o professor da UFMG Apolo Heringer comenta que as mineradoras deveriam pagar pelo uso da água, pois "as mineradoras fazem a captação da água para uma atividade altamente lucrativa, levam o recurso hídrico de Minas Gerais e não pagam nenhuma compensação pelo uso. Taxar a água é um começo, mas o lobby da mineração é muito forte".³

A captação de água nos rios para as atividades industriais é regulamentada por órgãos ambientais. No caso da mineração usa-se a água praticamente em todo o

¹ Retirado so site <http://www.abes-mg.org.br/visualizacao-de-clippings/pt-br/1er/3074/mineroduto-causaria-impacto-ambiental-menor-do-que-rodovia>.

² EIA/RIMAs <http://licenciamento.ibama.gov.br/Dutos/Mineroduto/Mineroduto%20Ferrous%20-%20julho%202010/RTC%2010/RTC%2010.pdf>

³ Retirado do site <http://www.observatoriodopresal.com.br/?p=3221>.

processo produtivo, uma vez que o deslocamento minerário é feito por fluxo de água. As vantagens para o transporte de minério por mineroduto são múltiplas: água gratuita, além da empresa fica livre da responsabilidade social de investir em ferrovias e rodovias.

Nesse sentido, vale entender melhor sobre o caso estudado. Em 2008, a empresa multinacional Ferrous Resources, de capital norte-americano, australiano e inglês, iniciou as suas primeiras atividades na região com o intuito de mapear e registrar o local no qual seria implantado um duto condutor de minério de ferro, de 480 quilômetros de superfície, que percorreria vinte e dois municípios entre Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. O mineroduto ligará o complexo de Mina Viga, em Congonhas – MG, ao terminal portuário de águas profundas no município de Presidente Kennedy – ES, conforme aponta a figura abaixo:

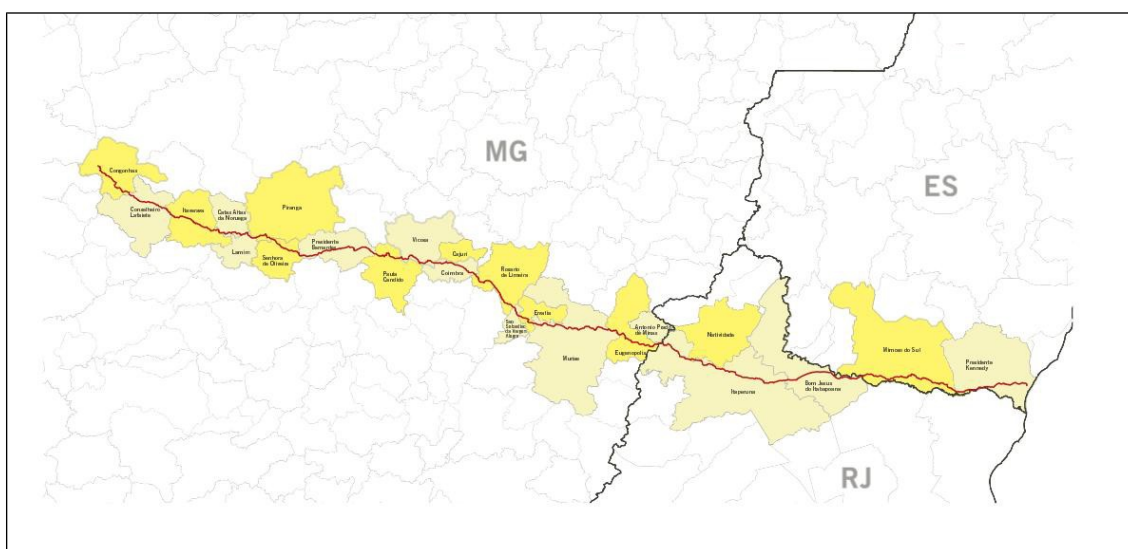


Figura 1 – Localização do mineroduto desde o complexo da Mina da Viga, em Congonhas – MG, até ao porto da “Ferrous Ressources”, em Presidente Kennedy – ES. Fonte: Ferrous (2011).

O investimento faz parte de um mega complexo logístico e industrial e a empresa mineradora Ferrous Ressources do Brasil S/A é responsável pela administração e o gerenciamento do mineroduto. Se as licenças ambientais forem liberadas pelos órgãos ambientais e as obras estiverem concluídas, o mineroduto terá uma vida ativa para transportar 25 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, a princípio, podendo expandir para 50 milhões de toneladas de minério anuais na segunda fase de operação. O escoamento da produção será realizado por meio de um porto, a ser construído em Presidente Kennedy, no Espírito Santo.

Segundo o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do mineroduto, 625.411 pessoas serão afetadas diretamente ao longo de todo o processo do empreendimento (BRANDT Meio Ambiente, EIA - Parte V, p. 114) e 122.219 pessoas serão diretamente atingidas na microrregião de Viçosa, recorte espacial deste estudo (CASTRO e OTÁVIO, 2010).

Introdução

A proposta desse trabalho nasceu mediante a percepção da existência de uma articulação coletiva na Zona da Mata do estado de Minas Gerais⁴, com mais intensidade na microrregião de Viçosa e no território da Serra do Brigadeiro, composta por diversos atores sociais que se posicionaram contra os empreendimentos minerários nestas regiões, devido aos possíveis impactos socioambientais provenientes dessas atividades como a alteração e diminuição das áreas de vegetação e a modificação do modo de vida das comunidades.

A partir dessa percepção, procurou-se identificar alguns dos aspectos constitutivos em torno da articulação mediante a concepção analítica de rede social, bem como analisar o licenciamento ambiental como instrumento de avaliação das condições de viabilidade socioambiental do mineroduto, a partir dos itens apresentados no modelo de Tilly para verificar se os mecanismos que envolvem a política contribuem para o Desenvolvimento Político.

Não é nova a relação "riquezas naturais" e "exploração" na Zona da Mata Mineira, sobretudo no que tange à disputa de grupos sociais pelo acesso e usos destes recursos, criando tensões e resistências ao longo dos anos e, via de regra, demonstrando um vasto campo de assimetria de poderes entre os atores envolvidos.

Nos últimos anos, impulsionada pela grande demanda de energia e pelos pressupostos desenvolvimentistas propostos pelo Estado, a região passou a ser alvo de explorações, ocasionadas, mormente, pela construção das Usinas Hidrelétricas de Energia (UHEs) e das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), que pode ser explicada pela intensa atividade hídrica na região. Ressaltando que a Zona da Mata é um divisor de bacia, ou seja, no seu território é possível encontrar a bacia do Rio Doce e a bacia do Rio Paraíba do Sul. Assim, por volta dos anos 1990 foram projetados 15 empreendimentos de barragens, sendo seis especificamente para a bacia do Rio Doce,

⁴ A Zona da Mata, atualmente, é composta por 142 municípios, concentrando 2,7 milhões de pessoas distribuídas entre sete microrregiões, com uma extensão geográfica de aproximadamente 35.747,729 km² (GONÇALVES E MOREIRA JR., 2011).

que já estavam sendo estudados desde a década de 1960 por empresas privadas e estatais, como corrobora Zhouri e Rothman (2008).

Do mesmo modo, com o surgimento de conflitos relativos à atuação de grandes empreendimentos, surgiram também a resistência por parte das comunidades, subsidiadas pelos movimentos sociais. Na mesma época (década de 1990) quando começou a implantação das Usinas Hidrelétricas na região o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), apoiado pela Arquidiocese de Mariana, se instalou na região. Naquele momento, o MAB contou com o apoio de agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Minas Gerais, do professor Franklin Daniel Rothman, fundador do PACAB⁵, e de mais quatro professores da Universidade Federal de Viçosa para lutarem pelos direitos das comunidades atingidas. Posteriormente, reuniões entre padres - representados, principalmente, pela presença do padre Claret⁶ -, assessores de Dom Luciano, o professor Franklin, líderes das comunidades atingidas, ambientalistas, dentre outros atores configuraram a primeira rede de resistência contra grandes empreendimentos na região (OLIVEIRA, 2005).

Além dos empreendimentos hidrelétricos o território da Zona da Mata Mineira vem sendo marcado pela disputa pelo minério. Segundo Rothman (2008) há informações que apontam que as primeiras sondagens contemporâneas de mineração na Zona da Mata Mineira aconteceram em 1982. Na segunda metade da década de 1980, empresas transnacionais realizaram um inventário com lugares passíveis de barramentos na bacia do Rio Doce e na bacia do Rio Paraíba do Sul.

Nesse sentido, duas décadas depois (2003), a ONG Iracambi constatou a ação da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), que é parte do Grupo Votorantin no que tange à exploração de Bauxita no território da Serra do Brigadeiro, onde segundo denunciante os processos de apropriação teriam sido feitos em completo segredo (ROTHMAN, 2008).

Desde então, ocorreram diversas articulações de resistência que contaram com a aliança de atores sociais importantes no contexto de lutas na Zona da Mata Mineira, tais como: CPT; ONG Sociedade Amigos de Iracambi; Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (NACAB); Comissão Regional dos Atingidos

⁵Coordenador do projeto de extensão "Projeto de Assessoria a Comunidades Atingidas por Barragens (PACAB)" na época.

⁶Figura importante no contexto de luta contra grandes empreendimentos na Zona da Mata Mineira. Atualmente milita no caso de Belo Monte.

pela Mineração; Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA/ZM); MAB; Projeto de Assessoria a Comunidades Atingidas por Barragens (PACAB), entre outros (GESTA, 2010). No que diz respeito a este cenário, os movimentos sociais continuaram a desenvolver ações de resistência ao avanço da mineração de bauxita na região (ROTHMAN, 2008).

Podemos inferir que os conflitos em torno da mineração estão mais em voga ante aos ocasionados pela construção das Usinas Hidrelétricas⁷. Ademais, a organização desses atores sociais está se dando de uma complexidade organizacional profícua. Pode-se ressaltar que diversos desses atores, que outrora estavam envolvidos nos conflitos inerentes às construções de barragens, hoje se encontram articulados formando uma rede contra a questão do minério, entre outros novos atores que têm a atenção voltada para o modelo vigente de apropriação do minério.

Hoje, na região, percebe-se que os principais conflitos socioambientais envolvendo a mineração estão associados à tentativa de implantação do mineroduto da empresa Ferrous Resources na microrregião de Viçosa-MG e à exploração da bauxita nos municípios que compõem o território da Serra do Brigadeiro⁸. Esses empreendimentos têm suscitado formas de resistência de grupos sociais, tais como: comunidades atingidas; movimentos sociais; segmentos da Igreja Católica; movimentos estudantis; pesquisadores; entre outros, com o escopo de rejeitar o processo de implantação da obra, bem como de questionar o modelo desenvolvimentista adotado pelo Estado.

Esses empreendimentos têm trazido diversos problemas para a população, tanto para aquelas que vivem na proximidade da exploração da mineração, bem como para a população que vive nos municípios entorno do trajeto de minerodutos, como no caso da Ferrous. Segundo Fonseca et al. (2012) as consequências das obras são desde a desapropriação da população que tem suas propriedades na faixa de área da passagem de mineroduto, bem como a violação de diversos direitos humanos, como: direito da plena reparação das perdas, direito à participação e informação, às praticas e aos modos de vida tradicionais. Além de acarretar desgastes do solo e desequilíbrio ecológico. Essa

⁷ Apesar de que "[...] em Minas Gerais, implicando diretamente na Zona da Mata, o Estado publicou a Avaliação Ambiental e Estratégica do Programa de Geração Hidrelétrica em Minas Gerais (PGHMG 2007-2027) que prevê a construção de 45 UHEs (Usinas Hidrelétricas de Energia) e 335 PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) [...]" (FONSECA et al., 2012, p. 273).

⁸ Nos procedimentos metodológicos serão apresentados os municípios que compõem essas duas regiões.

realidade da mineração acabou contribuindo para que fosse formado na região um processo de resistência e de discussão da mineração e suas consequências.

Considerando estes arranjos, diversos atores sociais propuseram dialogar entre si, em busca de estratégias que impedissem tais obras, já que relatórios ratificam os prejuízos e as consequências que trarão para a população e para os municípios atingidos por estes empreendimentos. Por isso, além das questões ambientais já foi verificado que esses atores estão atentos, também, para as questões sociais, pois implicam na alteração do meio de vida e na modificação de valores subjetivos constitutivos da identidade humana das populações afetadas.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo, no primeiro momento, analisar as estratégias de formação da rede de atores sociais contra o empreendimento minerário na microrregião de Viçosa, a fim de entender os processos inerentes a essas articulações, examinando as motivações que levaram os atores a se juntarem e o desenrolar das suas ações. A partir desse caso de estudo de resistência, que nos possibilitou analisar os meandros institucionais que envolvem a política pública de licenciamento ambiental, buscou-se identificar se a política possui mecanismos institucionais que contribuem para o desenvolvimento político. A base analítica utilizada para essa avaliação foi o “Esquema de Tylli”.

Procedimentos Metodológicos

Para a análise proposta nesta monografia, o processo licenciatório do mineroduto da Ferrous foi estudado para identificar no geral as potencialidades e fragilidades da política pública de licenciamento ambiental. Tendo como objetivo analisar o licenciamento no que concerne a sua capacidade de contribuir para um sistema cívico.

Dessa forma, o primeiro esforço se deu no sentido de compreender que esse trabalho não se portaria como um trabalho voltado a uma avaliação detalhada sobre a política pública de licenciamento ambiental. Apesar de entendermos que tal caminho é importante para se obter conclusões mais completas, duas razões foram responsáveis para ratificar a impossibilidade dessa escolha: (1) o tempo disposto para realização da monografia não seria suficiente para uma compreensão mais profunda sobre os debates, conceitos, linhas de pensamento que se dedicam à avaliação de políticas públicas a

partir da perspectiva dos atores, do poder decisório e dos processos macro e micro que influenciam as arenas de tomadas de decisões; (2) a vontade incessante de compreender mais detalhadamente a temática de *desenvolvimento político* que me foi apresentada nas aulas do Prof. Jeferson Boechat Soares e me despertou o interesse pelo assunto, bem como a minha escolha de aproveitar a experiência adquirida durante a minha participação no Programa de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens – PACAP. Esses fatores foram limitadores para aprofundar a temática de avaliação das políticas públicas, uma vez que o foco conceitual da pesquisa poderia causar confusão e tornar imprecisa a análise, devido à variação de conceitos apresentados.

Feitas estas subjeções sobre a delimitação da pesquisa, para que não se incorresse o risco de se chegar a conclusões vazias, a segunda etapa foi buscar um arcabouço teórico que nos possibilitasse um embasamento técnico e científico necessário para a realização da pesquisa no que tange à temática de articulação social. Para isso, foi realizada revisão bibliográfica em livros, artigos e teses, pois é necessário que o pesquisador esteja aperfeiçoando os seus conhecimentos em bases teóricas fundamentadas na temática estudada para que ocorra um melhor entendimento da realidade sobre a qual investiga.

Como aponta a literatura acerca dos estudos dos movimentos sociais, quaisquer ações coletivas possuem conexão com as lógicas organizacionais e exercem uma influência decisiva nos processos expressivos que os sujeitos utilizam para mobilizar e agregar capital simbólico e material à causa. Assim, coube escolher as categorias que dessem suporte para a análise, encontradas, por sua vez, nas obras de Manuel Castells, o qual discorre sobre a configuração societária em torno de rede e Scherer-Warren que apresenta as novas formas organizacionais dos movimentos sociais encontradas no formato de rede. Portanto, no primeiro capítulo dessa pesquisa, coube utilizar como base teórica o conceito de *rede social*.

Além disso, foi realizada a coleta de dados através da análise documental e leitura e análise dos documentos técnicos e jurídicos elaborados durante o processo licenciatório do mineroduto da Ferrous. Esse método consiste em obter informações analisando dados documentados como: ata de reuniões promovidas pelos movimentos sociais; artigos e registro da imprensa como jornais e blogs; documentos técnicos e registros em geral. Esse método foi utilizado no intuito de analisar e identificar os atores sociais que fazem parte da rede, além de outros dados que possam ser relevantes para a pesquisa.

Posteriormente, coube buscar uma abordagem para a compreensão da realidade. Dessa forma, nos orientamos por métodos qualitativos de pesquisa que nos possibilitassem identificar quem eram esses segmentos sociais que formavam a rede e compreender os elementos utilizados para agregar valor à mobilização.

De posse desse material, a pesquisa foi desenvolvida a partir de observação participante em reuniões realizadas pelos atores sociais, assembleias populares, reuniões com as comunidades atingidas por empreendimentos de mineração e o acompanhamento das atividades do Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens na Zona da Mata Mineira (PACAB)⁹ e da Campanha pelas Águas e Contra o Mineroduto da Ferrous que foi de suma importância na coleta de dados. Destaca-se que durante esses eventos, houve entrevistas com lideranças locais e representantes da Campanha citada acima, cujo objetivo foi obter informações mais detalhadas sobre as pautas apontadas por estes grupos.

Destaca-se com mais detalhe a realização da observação participante em três reuniões com as comunidades atingidas, sendo elas no município de Viçosa (21/11/2013), Presidente Bernardes (18/06/2014) e Paula Cândido (28/02/2014), bem como a participação em um seminário promovido pela Campanha pelas águas e Contra o Mineroduto na cidade de Viçosa – realizada em 14 de Maio de 2014. Essas reuniões e seminários não foram gravadas por mim, apesar de ter atas escritas pela Campanha, o que houve foi a redação das falas e depois a aplicação de entrevistas - acompanhadas por um relatório liberando a utilização dos depoimentos.

Para melhor entender o posicionamento dos atores sociais envolvidos, foram aplicadas sete entrevistas escolhidas a partir de uma amostra não probabilística, selecionadas pelo critério de intencionalidade. Estas pessoas foram escolhidas a partir de tais características: ser atingido direto ou indiretamente pelo empreendimento, ser contra a proposta da empresa, ser participante das reuniões promovida pelos mediadores e fazer parte dos movimentos sociais envolvidos no conflito. Foram entrevistadas duas pessoas que terão a propriedade atingida pelo mineroduto, caso a obra seja aprovada; uma liderança da comunidade de Paula Cândido; um representante da Campanha Pelas Águas em Viçosa; representante do MAB da Zona da Mata Mineira; um membro do

⁹ O PACAB é um projeto de Pesquisa/Extensão do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa que visa a assessorar as comunidades atingidas por empreendimentos de infraestrutura, levando informações sobre o processo de Licenciamento Ambiental dos empreendimentos e sobre os direitos das comunidades atingidas.

PACAB, por te realizado entrevista com a empresa Ferrous, e um representante do Levante Popular da Juventude.

O procedimento para a aplicação das entrevistas variou de entrevistados para entrevistados. A maioria das abordagens foi feita após as reuniões ou espaços de formação e conversas realizadas pela Campanha, sejam elas em Viçosa ou nos municípios citados acima – vale entender que a denominação “espaço de formação” é utilizada pela Campanha. Mas também, teve entrevista realizada no restaurante universitário – RU (por escolha do entrevistado). As entrevistas tinham como objetivo apreender as motivações que levaram as pessoas participarem da articulação, bem como identificar as estratégias de mobilização e compreender de que lugar social elas construam a percepção negativa do empreendimento.

Outra questão fundamental para um melhor entendimento do leitor é em relação à noção de comunidade atingida que utilizei ao longo desta monografia. Primeiramente, enfatizo que a noção de comunidade atingida evocada pela empresa Ferrous é diferente da noção de comunidade atingida trabalhada no decorrer da pesquisa. A empresa Ferrous considera atingida apenas aquelas pessoas cujas propriedades ou bens materiais serão parcial ou totalmente afetados pela obra minerária. Em contraposição a esse ponto de vista, parto da noção de que comunidades atingidas são aquelas pessoas que não necessariamente terão as suas propriedades atingidas, mas compartilham essa identidade de atingido por acreditar que o empreendimento não é viável, tendo em vista as características ambientais do local, e tomam para si o objetivo comum de lutar em defesa do meio ambiente enquanto “bem comum” e constitutivo dos valores culturais e estabelecidos nesse meio ambiente.

Dessa forma, a noção de atingido foi usada para identificar aquelas pessoas que se articulam e participam desse processo de resistência. Ressalvo que não se trata de um grupo enquanto um conjunto de pessoas compartilhando as mesmas ideias, sem diferenças internas, mas de um grupo que participa em graus diferentes e que diante de uma ameaça em comum compartilham a identidade de atingido e se posiciona contra esta ameaça.

Entretanto, é essencial destacar que, para uma melhor compreensão dos diferentes posicionamentos dos atores envolvidos, da apreensão das relações de poder envolvendo tal empreendimento, bem como a conjuntura do processo de licenciamento ambiental, cabe uma investigação mais profunda a partir de novas pesquisas e novas

abordagens, como entrevistar uma amostra com outras características para identificar a existência ou não de diferentes perspectivas.

Por último, para contemplar todos os objetivos propostos nessa pesquisa, faltava investigar em que medida a política pública de licenciamento ambiental contribuía para o desenvolvimento político. Dessa forma, foi realizado um estudo bibliográfico sobre o tema *desenvolvimento político* e uma pesquisa sobre os trâmites do licenciamento ambiental. É importante esclarecer que esse método de pesquisa bibliográfica e documental foi utilizado durante todo o período do desenvolvimento da pesquisa.

No domínio operacional dessa etapa, a base analítica foi o “Esquema de Tilly”, cujo uso se justifica por este ser uma tipologia que é utilizada como instrumento de pesquisa que fornece uma relação de tipos de problemas políticos e soluções. Nesse sentido, o modelo analítico de Tilly refere-se a fenômenos de caráter macropolítico, ou seja, sobre a construção do Estado. O modelo deve ser interpretado e compreendido por considerar fenômenos estruturais referentes ao Estado, portanto, importantes para entender o esboço da política pública de licenciamento ambiental.

A construção de modelos analíticos da realidade empírica tem como objetivo pautar heurísticamente o trabalho de pesquisa, limitando o conhecimento de uma realidade por natureza complexa. Dessa maneira, permiti, por conseguinte, determinar as variáveis bases e respectivas relações em estudo, orientando a análise numa perspectiva simplificada e esquematizadora da realidade.

Sabemos, porém, que todo modelo limita um conjunto de relações e inter-relações entre as variáveis em estudo, e destas com outras que as determinam e são por elas determinadas, bem como todo o contexto envolvente. Todavia, procurou-se dar conta, na medida do possível, de algumas das dinâmicas das relações que a realidade em estudo envolve e que assumem pertinência no interior do quadro teórico de análise construído.

Área de Estudo

Foi realizado um estudo de caso visando a entender o caso específico da constituição da rede contra os empreendimentos de mineração na microrregião de Viçosa¹⁰, que é composta pelos municípios: [Alto Rio Doce](#), [Amparo da Serra](#),

¹⁰ O estado de Minas Gerais é composto por 66 microrregiões.

[Araponga](#), [Brás Pires](#), [Cajuri](#), [Canaã](#), [Cipotânea](#), [Coimbra](#), [Ervália](#), [Lamim](#), [Paula Cândido](#), [Pedra do Anta](#), [Piranga](#), [Porto Firme](#), [Presidente Bernardes](#), [Rio Espera](#), [São Miguel do Anta](#), [Senhora de Oliveira](#), [Teixeiras](#) e [Viçosa](#).

Figura 1. Da microrregião de Viçosa no estado de Minas Gerais



Fonte: Viçosa News.

Além da análise nos impactos provocados nessa microrregião, a pesquisa contemplou levantamentos na microrregião de Muriaé, local onde se encontra o território da Serra do Brigadeiro, que está situada na porção norte da Zona da Mata mineira, sendo formada pelos municípios de Araponga, Divino, Ervália, Muriaé, Fervedouro, Miradouro, Pedra Bonita, Rosário de Limeira e Sericita. É importante destacar que esta microrregião onde se localiza o Parque estadual da Serra do Brigadeiro faz fronteira com a Microrregião de Viçosa próximo aos municípios de Araponga e Ervália, ilustrada na Figura anterior.

O Método do Estudo de Caso enquadra-se como uma abordagem qualitativa e é frequentemente utilizado para coleta de dados na área de estudos organizacionais. De acordo com Marconi e Lakatos (2007), o estudo de caso é o instrumento metodológico mais completo para estudarmos determinados casos ou fenômenos sob todos os seus aspectos e de forma mais detalhada, auxiliando-se de diferentes técnicas de pesquisa com o intuito de descrever a complexidade de um fato. Contudo, há críticas que ao mesmo se faz, considerando-se que não tenha objetividade e rigor satisfatório para se configurar enquanto um método de investigação científica. Entretanto, Yin (2001) e

Fachin (2001) questionam estas questões, pois acreditam poder estar presentes em outros métodos de investigação científica se o pesquisador não tiver experiência ou as destrezas necessárias para realizar estudos de natureza científica. Assim, não é um problema só do Método do Estudo de Caso.

CAPÍTULO I

MOBILIZAÇÃO CONTRA MINÉRIO DA FERROUS PELA PERSPECTIVA CONCEITUAL E ARGUMENTATIVA DE REDE SOCIAL – MICRORREGIÃO DE VIÇOSA-MG

Em numerosos trabalhos das mais diversas áreas do conhecimento é comum encontrar o termo *rede* como instrumento conceitual metodológico para tentar compreender a realidade, mediante as análises das integrações sociais, dos laços relacionais e das conexões entre indivíduos, grupos, instituições e coisas.

A palavra *rede* é antiga e veio do latim, significando entrelaçamento de fios, com aberturas regulares fixadas por nós, que formam uma espécie de tecido. Sua análise é de total importância pela sua capacidade descritiva e analítica do modo como organizamos a vida social e as relações humanas que estão interconectadas, já que vivemos em um mundo em constante movimento (PINTO E JUNQUEIRA, 2009).

Para melhor compreender os objetivos da pesquisa, fora necessário limitar tais abordagens, tomando como referência a perspectiva de sociedade em rede de Castells (1999) e, a partir dessa abordagem, aprofundar a concepção através da análise de rede de movimentos sociais discutida por Scherer-Warren (2006), uma vez que, nesse

primeiro momento, os conceitos oferecem suporte teórico para compreender como se deu a articulação entre os atores na região da pesquisa. Entretanto, antes, há a necessidade de se fazer algumas considerações.

Entre as diversas características de rede social, temos um sistema formado por nós e elos, uma estrutura sem fronteiras, um fluxo de interesses, desconcentração do poder, um espaço não físico podendo ser não-hierárquico e sendo composto por um conjunto de unidades sociais e relações sociais (MARTELETO, 2001).

A operacionalização analítica a partir do uso da perspectiva de rede social encontra-se na possibilidade de responder questões e situações complexas que ultrapassam as organizações sociais, categoriais e grupos institucionalizados e restritos, mas que permitem compreender relações em superfícies extensas de atuação.

Dessa maneira, Wassermann e Faust, *apud* Santos (2012), resumiram a forma operacional da rede através de perguntas como: Quem são os sujeitos que compõem a rede? Quais são os fluxos de interesses subjetivos no seio das interações dos atores sociais? Tomando como base a questão “Quem”, ou seja, da morfologia da rede, identifica os nós que são os elementos da rede e os laços que são as relações entre os nós da rede.

Essa possibilidade torna-se possível e aplicável quando pensamos que os indivíduos encontram-se numa teia social na qual “o entrelaçamento das dependências dos homens entre si, suas interdependências são o que os ligam uns aos outros” (ELIAS, 1994. p.67 a 68). Esse pressuposto é tratado como sendo da própria natureza humana, até mesmo para a sua sobrevivência, além de constituir a sociedade, que “[...] é o próprio entrelaçamento das interdependências formadas pelos indivíduos” (ELIAS, 1994. p.67 a 68).

Contudo, a conexão de indivíduos insinua a existência de uma constante troca, podendo ser material ou imaterial, envolvendo-os em um complexo conjunto de relações sociais, nas quais as pessoas encontram-se desempenhando funções de permutas, a partir de interesses comuns, por atividades voluntárias ou impositivas (LANDIM e COL, 2006).

A partir desse contexto, no que tange à ideia de rede, um dos principais pesquisadores que se debruça sobre a temática é Castells (1999), ao mencionar que os princípios que abrangem a ideia de rede estão potencialmente enraizados na organização da sociedade, de modo que com o passar do tempo tem transformado as estruturas societárias, bem como operacionalizado na resignificação das esferas da vida, por

modificar as relações sociais e alterar os próprios valores subjetivos da sociedade. Dessa forma, Castells (1999) afirma a importância das redes como mediadoras desses processos, pois “[...] a presença da rede ou ausência delas e a dinâmica de cada rede em relação às outras são fontes cruciais de dominação e transformação de nossa sociedade” (CASTELLS, 1999, p. 565).

Essa reorganização social é identificada pelo autor através da formulação do conceito de sociedade em rede, segundo o qual “[...] as redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura” (CASTELLS, 1999, p. 565).

Além disso, o autor define o termo rede como “[...] um conjunto de nós interconectados [...]” (CASTELLS, 1999, p. 565), ampliando ainda mais esse conceito. Ademais, continua dizendo que, “[...] redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós, desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação” (CASTELLS, 1999, p. 566).

A nova conjectura social problematizada por Castells (1999) da sociedade organizada em torno de redes é reflexo das grandes transformações em escala macro que possibilitou a revolução tecnológica e informacional, rejeitando os antigos modelos de desenvolvimento e de mobilização social. A partir dessa abordagem, torna-se possível entender as novas tendências de mobilização e articulação social de grupos e organizações da sociedade civil no espaço público, com o intuito de se obter mais visibilidade.

Desse modo, as novas abordagens dos movimentos sociais redirecionaram o seu foco para a procura de novos espaços públicos e políticos e novas formas de mobilizações que possam inseri-los nesse contexto social que se apresenta cada vez mais como interconectado e interdependente, buscando, dessa maneira, a articulação entre o local e o global.

Os estudos referentes à abordagem teórica de rede às análises de movimentos sociais, segundo Misoczky (2009), vêm sendo feitos desde o final da década de 1980 e, é a partir desse contexto que a autora Scherer-Warren (2008) estuda as novas configurações de organização da sociedade civil mediante a perspectiva da ação coletiva e rede social, pois para a referida autora os movimentos sociais se estruturam cada vez mais sob a forma de rede, que é entendida como um sistema social. Dessa forma, é

importante entender a esfera que constitui esse processo, ou seja, a sociedade civil, pois é nesse espaço que se encontram as articulações interorganizacionais, como os fóruns da sociedade civil, as redes de redes e as associações nacionais de ONGs, que são mecanismos de fortalecimento da mobilização social.

Scherer-Warren (2006) refere-se à sociedade civil como sendo uma esfera da vida que, embora represente um espaço constituído pela pluralidade e heterogeneidade social, o seu sentido último são as expressivas representações em busca de direitos e cidadania dos diversos segmentos da sociedade, envolvendo fluxos de relações sociais diversificados. Para a busca de tais representações a sociedade se organiza em torno de interesses e valores comuns, são realizadas manifestações e são criados os movimentos sociais.

Essas organizações estruturam a sociedade civil e de certa forma possibilitam a coesão. Segundo Gohn (1997, p. 145) “[...] Touraine assinalou que os movimentos são as forças centrais da sociedade por serem sua trama, o seu coração”.

Dessa maneira, Scherer-Warren (2006) classifica a organização social brasileira baseada nos níveis de significância compartilhada. A primeira forma de organização encontrada é o associativismo local que são formas de associações de base locais e comunitárias; em seguida, cita as formas de articulações interorganizacionais, destacando as associações em níveis nacionais e as redes em redes, “[...] que buscam se relacionar entre si para o empoderamento da sociedade civil, representando organizações e movimentos do associativismo local” (SCHERER-WARREN, 2006, p.101). Por último, a autora se refere a mobilizações na esfera pública, que são os mecanismos utilizados para dar maior visibilidade à causa, como as grandes manifestações nos espaços públicos que contam com diversos atores sociais articulados.

Diante dessa estrutura de articulação, surge então uma nova dinâmica organizacional, em constante movimento, calcada em uma iniciativa voltada para a busca de novas articulações com novos atores sociais, mediante a perspectiva das estratégias de ação coletiva que perpassam o tempo e o espaço, através da construção de um sistema complexo e similar a uma teia composta por nós coletivos que se interligam a partir de interesses comuns. Desse modo, uma rede - enquanto rede - pode ser um nó de uma estrutura mais abrangente, denominado assim de redes de movimentos sociais.

Portanto, o fortalecimento dos movimentos sociais e as associações locais/comunitárias ou setoriais carecem cada vez mais de formar articulações mais intensas, ou seja, redes de movimentos sociais que contemplem outros segmentos da

sociedade, que se reconhecem, partilham e/ou se identificam socialmente e politicamente com uma causa, a fim de aglutinarem forças que venham incorporar quantidades maiores de indivíduos ávidos, participando ativamente de ações que possibilitarão alcançar condições reais de direito e cidadania.

De igual modo, o movimento ambientalista procurou se adaptar a essa nova forma de organização e estrutura da sociedade em rede, verificando, assim, a propagação de várias sub-redes e sub-movimentos no mundo, formando, por consequência, várias organizações locais e regionais. Essa adaptação também tem como explicação a pluralidade de ideologias, valores e pensamentos que envolve a questão ambiental, não podendo, dessa forma, considerá-lo como um único movimento, mas como um movimento social inserido em um contexto de sociedade em movimento, devido às transformações tecnológicas e de comunicação, como completa Castells (2008, p. 143):

As ações coletivas, políticas e discursos agrupados sob a égide do ambientalismo são tão diversificados que se torna praticamente impossível considerá-lo um único movimento. Todavia, sustento a tese de que é justamente essa dissonância entre teoria e prática que caracteriza o ambientalismo como uma nova forma de movimento social descentralizado, multiforme, orientado à formação de redes e de alto grau de penetração.

Trazendo para o caso específico da região pesquisada, no caso, a microrregião de Viçosa-MG, podemos dizer que a busca por direitos e cidadania tem institucionalizado novas formas de resistência. Ou seja, a formação de uma rede em torno da qual os atores sociais se organizaram para ganhar visibilidade, através de manifestações populares, audiências públicas, realização de campanhas, constituindo assim, em uma rede de resistência que transcendem os limites territoriais.

Diante desse contexto, formou-se na região de Viçosa-MG uma intensa mobilização social que teve por consequência a criação da Campanha Pelas Águas e Contra o Mineroduto da Ferrous em 2011, que através do lema “a água vale mais que o minério” agregou diversos atores sociais na luta contra o empreendimento minerário como membros das comunidades atingidas: Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB; Associação de Moradores do Palmital; Associação de Moradores da Santa Clara; Paróquia Nossa Senhora de Fátima; Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB; Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens - PACAB; Levante Popular da Juventude; Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal –

ABEEF; Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil - FEAB; Entidade Nacional dos Estudantes de Biologia - ENEBIO; Articulação Nacional dos Estudantes de Ciências Sociais - ANECS; Grupo Primavera nos Dentes; Observatório de Movimentos Sociais.

O fio condutor para a formação da Campanha foram os alunos do curso de Ciência Biológica da Universidade Federal de Viçosa que, a partir da concepção a respeito dos impactos socioambientais, procuraram mobilizar alguns setores da sociedade para inviabilizar a obra, como o então Vereador da Câmara de Viçosa Marcus Nunes, PACAB, MAB de Viçosa e o Levante Popular da Juventude. Posteriormente, o esforço se ateve a chegar até os municípios que seriam afetados direta ou indiretamente pelo empreendimento. Segundo o representante da Campanha, Luiz Paulo, pessoas já inseridas na articulação começaram a entrar em contato com as lideranças locais dos municípios e, caso não tivessem contato com ninguém das comunidades ou municípios, a estratégia baseava-se em ir até os locais e regiões e identificar representantes e lideranças locais para conversar sobre a formação da mobilização e os problemas existentes da obra. A partir disso, foi sendo construída a Campanha e, conseqüentemente, a rede.

Consideramos como comunidade atingida aquelas pessoas que compartilham o sentimento de perda das referências sócio-culturais e de elemento material atentados pela ameaça que os impactos socioambientais do empreendimento representa para o seu modo de vida. Podemos entender esses atores sociais que estão inseridos nessa articulação assim: aqueles que são afetados diretamente pelos empreendimentos, como os movimentos populares de base locais e sindicatos, e os atores sociais que não necessariamente serão afetados por esses empreendimentos, como é o caso da Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB; Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens - PACAB; Levante Popular da Juventude; Associação Brasileira do Estudante de Engenharia Florestal – ABEEF; Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil - FEAB; Entidade Nacional dos Estudantes de Biologia – ENEBIO e Articulação Nacional dos Estudantes de Ciências Sociais – ANECS. Podemos entender que o imenso valor revelador desse envolvimento por atores que não são atingidos diretamente pelos empreendimentos está relacionado com o compromisso por eles assumido, com o presente e o futuro, a partir do vínculo de solidariedade, que é a capacidade dos atores de reconhecer e serem reconhecidos como parte de uma mesma unidade social, ou seja, de compartilhar uma mesma identidade coletiva. Dessa forma,

essa agregação social não tem uma natureza exatamente econômica, mas uma natureza social.

A Campanha esta dividida em núcleos que são representados por cada município da microrregião de Viçosa. As reuniões do núcleo de Viçosa acontecem quinzenalmente e pelo menos uma vez por mês acontece reunião em cada núcleo. A maioria das vezes é o núcleo de Viçosa que mobiliza para a realização das reuniões. Entretanto, houve reuniões a pedido dos outros núcleos, como foi o caso de Paula Cândido.

A estratégia da mobilização é desde as realizações de reuniões à panfletagem, realizações de seminários e manifestações populares. Todos os “espaços de formação” nos quais estive presente fora de Viçosa aconteceram em espaços cedidos pela Igreja. As reuniões eram estruturadas da seguinte maneira: primeiro, todas as pessoas que ali estavam se levantavam para cantar uma música religiosa. No segundo momento, todos se apresentavam falando de onde eram, se eram estudantes e no que trabalhavam. No chão estavam presentes objetos que representavam a vida e a luta, como o pão, a água e a terra. Além disso, eram utilizados materiais midiáticos, como vídeos que abordavam o tema da mineração. Depois disso, os representantes do núcleo de Viçosa começavam a fala explicando o que era o mineroduto e depois havia rodas de conversas que eram divididas por comunidade, na qual eram debatidas algumas perguntas como: algum representante da empresa foi até a sua propriedade? Como foi a abordagem? Quais são os problemas provenientes da obra? Quais as estratégias que poderiam ser adotadas para mobilizar mais pessoas? Qual o próximo planejamento da Campanha? Posteriormente, as conclusões às quais cada grupo chegava eram apresentadas para todos e a reunião acabava com uma oração seguida de um “grito de luta”: “Fora Ferrous, água vale mais que minério”.

Observa-se nas falas dos representantes da Campanha o tema do “desenvolvimento” que estava sempre presente e era encarado como uma “coisa ruim” para a sociedade. Ademais, em nenhum momento se falava nos possíveis benefícios do empreendimento. Na entrevista com o representante da Campanha do núcleo de Viçosa, Luiz Paulo (12/03/2014), quando questionado sobre essa questão, este explicou que não acreditava que o desenvolvimento no modelo que o Estado sugere seja benéfico e, como exemplo, discorreu sobre o acordo preconizado pelo Banco Mundial ao Ministério Público de Minas Gerais, o qual ressaltou que a atuação do Ministério era um empecilho para o desenvolvimento e recomendou a utilização de novas estratégias como a utilização do Termo de Ajustamento de Conduta – acordo extrajudicial. Segundo Luiz

Paulo, esse acordo resultou não na paralisação total do processo de Licenciamento da Ferrous, mesmo com toda a denúncia feita, mas em um acordo entre a empresa e o Ministério, o qual possibilita a continuação do trâmite se houver um novo Estudo de Impacto Ambiental – EIA.

No município de Presidente Bernardes comparecem 30 pessoas, entre elas líderes religiosos, membros da comunidade atingida, movimentos sociais locais, representantes públicos e estudantes. Na reunião de Paula Cândido o número de pessoas interessadas foi menor: a contagem foi de 21 pessoas.

Devido à metodologia adotada para essa pesquisa, que se ateve ao estudo nas reuniões, não foram observadas divergências dentro da própria comunidade acerca dos seus benefícios para a região. Percebe-se que as pessoas que participam das reuniões ou estavam inseridas na Campanha ou não sabiam direito sobre o empreendimento. Porém, a partir da leitura de outros trabalhos, verificou-se divergências entre posicionamentos a respeito da obra (FONSECA, 2012).

Já o seminário promovido pela Campanha aconteceu na Universidade Federal de Viçosa, contaram com a presença de professores como o chefe da Divisão de Água e Esgoto da UFV, Rafael Bastos, do representante do SAAE, alunos, membros das comunidades atingidas, entre outros setores sociais. Observa-se que uma das maiores preocupações dos atores sociais envolvidos consiste na questão do abastecimento de água, pois o projeto afetará várias nascentes do Ribeirão São Bartolomeu - manancial que abastece 50% do município e 100% da Universidade Federal de Viçosa. No seminário do dia 14 de Maio, o técnico da SAAE mostrou preocupação com o empreendimento devido ao problema da falta de água como indica a reportagem retirada do blog da Campanha:

Ficou constatado, portanto, que caso o mineroduto seja instalado, o Ribeirão São Bartolomeu, que abastece 100% da UFV e metade da cidade, será diretamente afetado. O diretor presidente e assessor técnico do SAAE, Sânzio Borges e Marco Magalhães, respectivamente, expuseram o posicionamento da autarquia contrário à passagem do mineroduto. Foram elaborados documentos encaminhados à Ouvidora do Ministério Público Federal em 2012, em que o SAAE declara priorizar políticas de prevenção e não de reparação de danos, já que a água é um direito de todos e deve ser preservada. Nesse sentido, alguns projetos de recuperação da bacia estão sendo implantados. Contudo, o mineroduto pode acentuar os problemas de abastecimento e afetar toda a cidade. Além do São Bartolomeu, estão no trajeto do mineroduto, o Rio Turvo Sujo, que abastece outra metade da

cidade, e o Turvo Limpo, válvula de escape da cidade onde o SAAE planeja construir a terceira estação de tratamento de água.¹¹

Neste contexto de atuação conjunta entre as diversas organizações e instituições, observa-se que os prejuízos para os municípios e as populações que vivem no entorno dos empreendimentos são múltiplos. As informações coletadas indicam a falta de transparência que cerca todas as atividades minerárias, desde a instalação dos empreendimentos, a extração dos minerais até o escoamento dos mesmos. Como se percebe sobre a questão da água, por exemplo, a empresa Ferrous declarou para a Tribuna Livre que seriam poucas as nascentes afetadas, como mostra o relato abaixo, mas segundo o estudo da AGB (p. 28, 2012), os dados representados pela empresa não correspondem nem a ¼ das nascentes que realmente serão impactadas:

Os representantes da mineradora disseram textualmente que, “com o objetivo de garantir a preservação das nascentes, a Ferrous cadastrou e monitorou a vazão tanto das nascentes quanto dos cursos d’águas em toda a extensão do mineroduto”. Disseram ainda que “o abastecimento de água dentro de Viçosa não será prejudicado, pois não haverá impacto em nenhum dos mananciais que abastece a cidade”. Foi mencionado ainda que durante as obras o mineroduto poderá afetar temporariamente o abastecimento em pontos isolados, podendo impactar algumas propriedades localizadas na zona rural (TRIBUNA LIVRE, 2012, p.5).

Também verifica-se o deslocamento de famílias de agricultores familiares das suas propriedades e a cooptação de mão de obra local pela empresa para trabalhar nas obras, colaborando, assim, para a fragilidade da resistência. Isso aponta a estratégia de atuação da empresa, que também afirma para os moradores, por exemplo, que com a instalação da empresa haverá maior investimento na infraestrutura do município e, conseqüentemente na melhoria de vida da comunidade. Sobre essa questão da estratégia da empresa podemos, verificar alguns pontos interessantes a partir do relato a baixo:

Ah eu sei que eles chegaramna minha propriedade e nós trouxeram a proposta do terreno nosso de cima, ah 10 mil, ai a gente olhou o documento, aqui vocês tão achando que a gente ta caduco? Doido? 10 mil reais para esse pedaço de terra aqui. Não que na roça 10 mil reais ajuda muito. Ai a gente falou não a gente não quer não. Ai eles foram embora. Passou uns dias volta eles de novo com a psicologa pra minha mãe achando que a minha mãe tava doida de não aceitar 10 mil reais. Vocês podem ir la ver, o terreno nosso da, o pedaço que vai passar acho

¹¹ Retirado site < http://campanhapelasaguas.blogspot.com.br/2014_05_01_archive.html> (reportagem do dia 19 de Maio de 2014).

que umas 4 vezes ou mais que isso aqui, bom para danar. Achando que minha mãe tava caduca, que 10 mil dava pra comprar carro, ai minha mãe respondeu, não carro a gente tem. Não que vocês comprem isso, comprem aquilo outro. A gente tem tudo, a gente não precisa de nada, e de esmola de ninguém não, vocês podem sair daqui. Não que 10 mil é muito dinheiro hoje, mãe falou assim 10 mil eu consigo aqui na roça, não preciso da esmola suas não. (Relato do entrevistado B, moradora de Paula Cândido, 2014).

Em contrapartida, a informação adquirida no site da Ferrous coloca a questão da indenização e a ida de profissionais como psicólogo até a comunidade como uma questão de responsabilidade social:

A Ferrous também fez parceria com a Universidade Federal de Viçosa (UFV) para um diagnóstico socioeconômico de todas as famílias cujas propriedades fazem parte do traçado do mineroduto. Com o estudo, a empresa pôde conhecer de forma aprofundada as características e necessidades de cada família, e sistematizar os dados em um Índice de Vulnerabilidade Familiar. As famílias em situação de maior vulnerabilidade são assistidas por um grupo interdisciplinar, formado por sociólogo, psicólogo, pedagogo e agrônomo, contratados pela Ferrous. O objetivo do trabalho é que as eventuais mudanças provocadas pelo projeto do mineroduto resultem em possibilidades de ascensão socioeconômica e cultural das famílias, de acordo com as diretrizes do Banco Mundial e do International Finance Corporation (IFC).¹²

Ademais, o relato obtido com um membro do PACAB que entrevistou uma funcionária da Ferrous, não corresponde com a realidade exposta pela atingida:

[,,] lembrando que todos os pertenciaros, os proprietários, os possuidores da terra eles vão receber por isso né, negociações foram feitas, e recebem tanto pela terra nua quanto pelo investimento que ele tem sobre a terra, então ele não tem entre aspas prejuízo nenhum, temos um impacto ali da obra, a questão de equipamentos depois vai ter um mineroduto ali (J, funcionária da Ferrous, pesquisa de campo, 2014).

Essas questões esbarram, conseqüentemente, em outros assuntos mais complexos de violação aos direitos humanos, como o direito ao acesso à informação, reparação por danos materiais e imateriais, participação nas decisões, direito à moradia e ao abastecimento de água potável. Além disso, tem o desgaste psicológico como indica o relato (12/02/2014) abaixo:

Há um desconforto de você saber que você mora numa casa que pode ser destruída pela empresa, outro também a raiva de você estar em casa e ter gente invadindo sua casa. Andar, percorrer o quintal, colocar placas de servidão sem autorização causa muito desconforto, angústia, raiva. Várias vezes eles foram

¹² Retirado <http://www.ferrous.com.br/index.php/noticias/view/47>

lá em casa, sem a gente saber, por exemplo a placa surgiu lá da noite pro dia (Relato do entrevistado A, morador de Palmital – Viçosa, 2014).

Sobre os aspectos ambientais, foi diagnosticado que a existência do mineroduto gerará um déficit hídrico no município de Viçosa, pois a obra passará próxima à área de nascentes. Conforme apontado pelo estudo realizado pela Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB), o abastecimento de água em Viçosa pela bacia do Rio São Bartolomeu já é um problema, pois o Rio vem sofrendo há tempos com a degradação gerada a partir da retirada da cobertura vegetal, que traz sérias consequências ao meio ambiente, como a destruição do habitat natural dos animais, a poluição da água, o assoreamento e erosão do solo, entre outros, e a passagem do mineroduto nessa região tenderá agravar ainda mais essa realidade.

Já na região da Serra do Brigadeiro, existem projetos de mineração que poderão trazer impactos para o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, pois esses empreendimentos cortarão o limite da área de amortecimento do Parque que é por lei uma área de Proteção Ambiental.

Diante desse contexto, os sujeitos coletivos buscaram utilizar-se de várias estratégias para tornar a causa visível para as comunidades e autoridades. Destaca-se a utilização do espaço público como mecanismo essencial para a formação da resistência, baseado em estratégias que permitem debater com a população os problemas advindos da instalação dos empreendimentos. Para isso, membros da Campanha percorreram os bairros e comunidades que possivelmente serão afetadas para mobilizarem as lideranças locais. Também foram realizadas passeatas como a Romaria dos Trabalhadores em Viçosa, espaços de formação, seminários, trabalhos de conscientização nas escolas e grupos de discussão com o intuito de informar e discutir com a população tais embates.

A partir das análises consideradas nesse trabalho, podemos dizer que, na microrregião de Viçosa, a Campanha Pelas Águas e Contra o Mineroduto consiste em um pólo, ou seja, forma uma rede de atores sociais de resistência contra o empreendimento minerário na região. Isso se dá porque, a partir da concepção a respeito dos impactos socioambientais e injustiças sociais, os atores estruturaram-se e organizaram-se com o objetivo de prestar reflexões e questionamentos à população viçosense e do entorno, uma vez que, dessa forma, conseguem adicionar capital simbólico, técnico e político às lutas dos atingidos pelo projeto, principalmente por meio de assessoramento.

CAPÍTULO II O MODELO INSTITUCIONAL DA POLÍTICA PÚBLICA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E SUA RELAÇÃO COM A PROMOÇÃO DE UM SISTEMA CÍVICO

Marco Teórico

Como no primeiro capítulo o esforço esteve concentrado para o estudo de caso do mineroduto da Ferrous a respeito da resistência dos atores sociais inseridos em um movimento de rede, coube identificar, nesse segundo capítulo, se o arcabouço institucional do Estado brasileiro, mais especificamente sobre a representação da política pública de licenciamento ambiental, esboça um mecanismo que possibilite potencialmente a construção de um sistema cívico, ou seja, se há potencialidade para contribuir para o desenvolvimento político. Portanto, o estudo de caso de resistência ao mineroduto da Ferrous na microrregião de Viçosa nos possibilita acompanhar e analisar os meandros institucionais do licenciamento ambiental a partir da base analítica de Tilly.

Contudo, antes de analisar o licenciamento ambiental a partir do caso empírico, é necessário apresentar o aporte teórico sobre o qual foi fundamentada essa segunda parte da pesquisa. Para melhor compreensão, o marco teórico foi dividido em duas partes: na primeira parte percorremos a abordagem teórica do termo *desenvolvimento político* proposta por Huntington (1969) e, na segunda parte, são trazidas as considerações sobre o “*Esquema de Tilly*”, que será a base analítica para avaliar o potencial da política pública de licenciamento ambiental no que se refere à contribuição para o sistema cívico.

Desenvolvimento Político

O período posterior à Segunda Guerra Mundial foi marcado por um intenso processo de descolonizações e também se viu florescer diferentes estudos teóricos sobre o desenvolvimento e a modernização dos países como apontado no tópico acima.

Antigas colônias, até então vistas como espaço de conquistas, passaram a ser compreendidas por meio de uma nova perspectiva. As teorias produzidas problematizavam que os problemas existentes nesses países advinham do estado de desenvolvimento na qual esses países se encontravam e a modernização era necessária para superar tais entraves, a partir de um processo contínuo e evolutivo.

Dessa forma, as propostas das principais perspectivas de representação dos países menos desenvolvidos que irão emergir nesse período buscaram envolver as transformações e dinâmicas em cursos desses países com o intuito de tornar claro o caminho que deveria ser seguido, que no caso envolvia a aceleração do processo de modernização para superar a condição atual.

Entretanto, a preocupação com o aparecimento de novos países e a sua reestruturação esteve presente também no pensamento político na medida em que as explicações e abordagens a partir da esfera econômica do fenômeno se mostravam insuficientes.

Desse modo, uma nova corrente de pensamento se dedicaria a analisar o fenômeno do desenvolvimento a partir de uma nova ótica: a ótica da esfera política. Por ora, percebeu-se uma valorização sobre a função hegemônica da teoria do desenvolvimento econômico em relação às outras esferas da vida social. Ademais, houve críticas a respeito de as teorias produzidas não englobarem a questão daquilo que mais tarde Reis (2009, p.144) chamou de “o problema político fundamental”, ou seja, possibilitar a formação de um Estado capaz de incorporar interesses de diferentes grupos e ser hábil para resolver problemas de convivência entre indivíduos, de forma a dar sentido à vida em coletividade mediante a criação de regras, atribuições e competências. Além disso, observou-se a falta de autonomia da esfera política frente aos conceitos econômicos.

Assim, surge uma nova corrente a fim de entender quais eram os obstáculos e entraves que atrapalhavam o desenvolvimento social em seus termos gerais, a partir da lógica política. Dessa maneira, viu-se aparecer uma nova relação entre a teoria do desenvolvimento econômico e a teoria do desenvolvimento político, marcada, por sua vez, pelo afastamento entre essas duas representações, apesar da representação econômica ser ainda uma perspectiva na qual se dialoga.

A partir desse contexto, no que tange à idéia de desenvolvimento político, um dos principais autores que se debruça sobre a temática é Samuel Huntington, na obra *Political Order in Changing Societies* (1969), ao mencionar que algumas ideias que

abrangem a noção de desenvolvimento político são fundamentais para assegurar o funcionamento saudável de uma sociedade, bem como o seu papel na operacionalização da ressignificação das esferas da vida, por modificar os próprios valores subjetivos da sociedade e alterar as relações sociais, enquanto meta desejável para um sistema político cívico.

Vale ressaltar que o referido autor tinha algumas subjeções ao termo “desenvolvimento político” por ser uma categoria abrangente que acaba sendo confundida por estar intimamente conectada ao conceito de modernização. Nesse enfoque, a noção de desenvolvimento político era visto como o aspecto político do fenômeno geral da modernização, o que significa que o termo indicava apenas a passagem de uma sociedade tradicional, patriarcal e segmentada para uma sociedade moderna, onde preponderam a especialização, a mobilidade social e as regras universais.

De fato, para Huntington a busca pela autonomia teórica da esfera política está, sobretudo, relacionada com a busca pela diferenciação dessa em relação à teoria da modernização, uma vez que a concepção modernizadora esbarra nos velhos problemas da teoria evolucionista que condiciona todos os processos em uma direção unilateral, contínua e geral. Ora, isso impossibilita, por exemplo, identificar se países tradicionais possuíam algum aspecto ou não de um sistema político desenvolvido, já que as análises estão voltadas para uma série de critérios, construídos e específicos de um modelo ocidental que servem para medir o grau de modernização.

Portanto, o referido autor questiona se é possível traçar um padrão de desenvolvimento tendo em vista o modo particular e cultural com que cada sociedade percebe e encara as crises e problemas existentes em seus países. Sobre esse tema, Reis (2009) comenta sobre os dizeres de Huntington:

Falar em mudança política com respeito à Argentina da “guerra suja”, por exemplo, fatalmente evocará questões diferentes das que seriam evocadas pelo uso da mesma expressão com respeito à União Soviética, de um lado, ou à Inglaterra, de outro. Não obstante o caráter equivocado das ressonâncias ligadas à expressão desenvolvimento político e a complexidade das questões envolvidas em sua conceituação, não há como desconhecer o fato de que alguns países equacionaram de maneira mais estável e relativamente consensual certos problemas básicos postos pela convivência de seus membros, enquanto outros se debateram em situações que apresentam, em maior ou menor medida, o caráter de impasse na confrontação de projetos ou forças sociais antagônicas [...] (REIS, 2009, p. 129).

Apesar do autor não se familiarizar com o termo, devido à complexidade que o envolve, propõe, mesmo assim, basear nos princípios subjacentes que submerge essa noção para compreender o que seria um sistema cívico. Dessa forma, Huntington (1969) define o desenvolvimento político ou “mudança política” como a “institucionalização de organizações e procedimentos políticos”, ou seja, é um processo que permite estabelecer um grau de organização e funcionamento do Estado a partir de alguns princípios, valores, regras, crenças e interesses compartilhados que são aceitos e praticados pelos indivíduos que compõem a sociedade. Esse conjunto de regras, procedimentos e princípios vão ser os elementos que irão orientar a conduta do indivíduo que, por sua vez, vai determinar o sistema político cívico. Assim, podemos entender o desenvolvimento político como resultado de um processo de institucionalização, ou seja, da criação de leis, regras e jurisdições que darão estabilidade para as organizações.

Todavia, o instrumento analítico para caracterizar o alcance institucional na investigação empírica é dado pela complexidade, autonomia, adaptabilidade e coerência de seu aparelhamento estatal. Dessa forma, a base analítica de Huntington está fundamentada nos estudos constitutivos do sistema político.

Essa organização social é entendida pelo referido autor mediante alguns processos que caracterizam o sistema político cívico, como a capacidade de assegurar a ordem social e controlar os conflitos, as ações estatais estarem pautadas em uma organização burocrática, impessoal e na eficiência, além de possibilitar a competição política e a participação popular. Portanto, o desenvolvimento político está relacionado com o fenômeno da governabilidade e da governança.

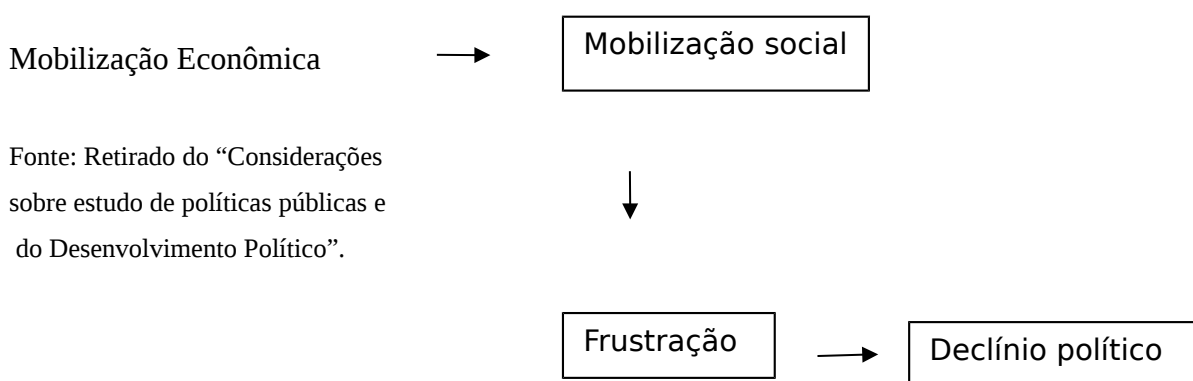
Com efeito, Huntington discorre sobre o seu ponto central sobre o aspecto da mudança econômica e sua relevância para a mudança política e social: se uma sociedade consegue aspirar algum grau de desenvolvimento econômico e modernização, sem que haja também a criação de alicerces institucionais que dêem suporte para as transformações, as consequências, segundo o autor, são as piores, ou seja, haverá uma decadência e instabilidade política que ameaçará a ordem pública, devido à falsa sensação de progresso.

Dessa maneira, volta-se à questão levantada pelo autor sobre a importância de se definir com precisão o conceito de desenvolvimento político frente ao de modernização, pois em uma determinada civilização pode-se verificar certo nível de modernização, seja devido ao crescimento econômico, aumento da renda ou maior mobilização social quanto em investimentos em infra-estruturas. Entretanto, não significa que essa

sociedade possui um sistema político eficiente que não esteja marcado por violência, corrupção, golpes e impunidades (HUNTINGTON, *apud* SOARES 2009).

Essa perspectiva se fundamenta mediante a tal análise referente ao aspecto da modernização - que é marcada pela mobilização social e desenvolvimento econômico - como importante para a política: se a mobilização social for mais rápida do que o desenvolvimento econômico, verifica-se uma frustração social por alterar as aspirações dos indivíduos; se o que envolve o desenvolvimento econômico for maior do que as oportunidades de mobilização social, tem-se uma maior participação política, por alterar as capacidades dos atores; por fim, se houver uma maior participação política sem um suporte institucionalização adequada para atender as demandas, pode levar a um colapso do sistema político, crises institucionais e à instabilidade política devido ao aumento de exigências postas sobre o sistema político. (HUNTINGTON *apud* SOARES; 2005).

Para melhor se entender a tese do autor sobre o declínio político, apresenta-se a figura a baixo:



Esquema de Tilly

Depois de termos aprofundado a compreensão daquilo que Huntington entende como desenvolvimento político, apresentado no tópico anterior, cabe fazermos a seguinte pergunta: através da análise de políticas públicas é possível saber se elas contribuíram ou não para o desenvolvimento político?

Vale lembrar que o campo que envolve a dimensão da política pública (*policy*), constitui uma arena que vincula elementos da configuração de programas políticos aos

problemas técnicos e à constante disputa e decisões que são tomadas através de cálculos racionais e a partir de um jogo de interesses políticos.

Para responder a tal questionamento coube nos debruçarmos sobre os estudos de Tilly (1975), o qual retrata e sistematiza alguns pontos e elementos importantes que obteve a partir dos estudos sobre a construção e formação dos Estados Nacionais da Europa Ocidental. Segundo sua pesquisa, as formações dos Estados Nacionais ocorreram mediante a estratégia de resolver problemas referentes à proteção dos territórios conquistados e para a concretização de uma organização interna, como meta desejável para se alcançar uma ordem pública, como a garantia de segurança para os indivíduos e exigir o cumprimento das tarefas e a manutenção das regras. Portanto, a formação dos Estados Nacionais está relacionada com as medidas institucionais para solucionar os problemas de ocupação do território e funcionamento societário.

A partir dessa constatação o autor apresenta alguns elementos percebidos no decorrer desse processo de formação dos Estados:

Ingerência: o primeiro refere-se à ingerência que é a intervenção e a presença do Estado no território através da criação de uma ordem pública e de uma administração racional, capaz de garantir a gestão de recursos extraídos da sociedade;

Integração Social: esse segundo ponto é marcado pela criação de regras e normas para alocação de recursos;

Legitimidade: a terceira medida é o estabelecimento de vínculo de lealdade entre os diversos segmentos sociais, para garantir a legitimidade do poder estatal;

Participação: a quarta questão é aumentar a participação social e política através da expansão de direitos;

Identidade: a quinta questão implica na criação de padrões de socializações e símbolos para haver reconhecimento entre os indivíduos e, assim, criar uma identidade enquanto grupo;

Distribuição: por fim, temos a consignação de serviços sociais e políticas econômicas para permitir a distribuição de recursos.

O ESQUEMA DE TILLY

PROBLEMAS	EXEMPLOS DE SOLUÇÕES INSTITUCIONAIS
1. Ingerência	1. Criação de ordem pública; administração racional para a mobilização de recursos;
2. Integração	2. Regras de alocação de recursos entre setores da comunidade nacional;
3. Participação	3. Extensão de direitos para os extratos menos privilegiados;
4. Identidade	4. Mídia e agências de socialização, criação de símbolos;
5. Legitimidade	5. Criar lealdades através de uma estrutura de instituições políticas;
6. Distribuição	6. Serviços sociais, taxaço progressiva, políticas econômicas distributivas.

Fonte: Retirado do “Considerações sobre estudo de políticas públicas e do Desenvolvimento Político”.

Podemos então entender o “Esquema de Tilly” como um instrumento metodológico capaz de operar e auxiliar na avaliação da gênese de políticas públicas, que são soluções institucionais para problemas de ordem pública e estabilidade institucional. Por sua vez, esse esquema também pode ser compreendido na formulação de hipóteses sobre estudos de desenvolvimento político, por poder servir como indicativo de critérios avaliativos de políticas públicas. Trata-se de tentar compreender, portanto, em que medida a política pública contribui para a promoção do desenvolvimento político no que tange ao estabelecimento de padrões de ações que têm por objetivo orientar problemas referentes à estrutura e funcionamento da sociedade em busca de um sistema cívico.

Trazendo para o caso específico da pesquisa, podemos nos questionar, a partir dos critérios propostos por Tilly, se os alicerces que envolvem a política pública de licenciamento ambiental no Brasil têm mecanismos institucionais que garantem e incentivam a participação social, ou então, se a política pública contribui para a expansão de direitos no que tange à distribuição de recursos, bem como a garantia de direitos.

A Base Empírica da Pesquisa e sua Relação com o desenvolvimento político

Uma análise baseada nos estudos desenvolvidos por Tilly (1999) toma como principal forma para se abordar a legitimidade e a potencialidade da política em contribuir para um sistema cívico, através do aperfeiçoamento da participação a partir da intervenção do Estado, na criação de regras, prerrogativas e normas que contribuem para a ordem social e para a criação de um arcabouço institucional que assegurem a distribuição e extração de recursos.

Assim, tomando os desígnios supracitados como norteadores para a investigação da realidade posta em questão, pode-se fazer a seguinte análise sobre a gênese da política de licenciamento ambiental, relacionando-a com o caso estudado na pesquisa sobre o empreendimento minerário da Ferrous, haja vista que o Esquema é um roteiro para os estudos de desenvolvimento político.

Ingerência

No que tange à questão da ingerência, verifica-se uma intervenção por parte do Estado quando se cria a Lei de licenciamento ambiental, pautada em uma administração racional fundamentada em critérios técnico-científicos para a prevenção de possíveis ações críticas ao uso e extração de recursos e para o uso sustentável destes recursos, levando em consideração tanto as questões ambientais quanto as sociais.

O licenciamento ambiental é um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA e tem natureza de procedimentos administrativos para qualquer empreendimento causador de significativo impacto ambiental. A institucionalização do licenciamento foi promulgada pela Lei nº. 6.938/81, que foi alentado por meio de regulamentação pelo Decreto nº. 99.274/1990 e posteriormente pela Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA 237/97), sendo estas normas gerais sobre o assunto. As normas específicas para a efetivação do licenciamento são estabelecidas pelo órgão estadual de controle ambiental, ou pelo IBAMA, quando a situação assim exigir.

No caso de Minas Gerais, o sistema ambiental é formado por órgãos que dão suporte e subsídio técnico e executivo para o Conselho de Política Ambiental – COPAM, sendo assim, composto pela Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEAM, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e o Instituto Estadual de Floresta – IEF, que estão ligados à Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Sustentável – SEMAD, cuja atribuição é a criação de normas e execução de políticas ambientais em Minas e aprovação das diretrizes do Sistema Estadual de Licenciamento Ambiental.

Ainda que inicialmente a política de licenciamento tenha sido implantada para atender às pressões externas dos bancos financiadores, que estavam preocupados com a quantidade e qualidade dos recursos essenciais para viabilizar o desenvolvimento, como Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, a medida apresenta-se como uma conquista para a sociedade desde a década de 80 e contribui para legitimar a presença do Estado como instituição reguladora e portadora do monopólio do uso da violência, enquanto instituição capaz de usar a violência, de elaborar prerrogativas, de extrair recursos e proteger os cidadãos de ações que prejudiquem o “bem comum”.

Integração

Sobre a integração, podemos destacar as regras e os programas que fundamentam a política de licenciamento ambiental para a obtenção e alocação de recursos.

Basicamente, a licença ambiental se orienta a partir de três fases: Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO). De forma sucinta, podemos entender esses momentos mediante tal análise: na primeira etapa (LP) é analisada a proposta da atividade empreendedora em relação à sua localização, instalação e operação. O empreendedor, portanto, tem de apresentar o documento de Estudos de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Esse documento é uma medida obrigatória para conseguir a licença. Essa medida é estabelecida pelos órgãos de controle, cujo objetivo é detalhar e apresentar as informações acerca das características técnicas, ambientais e socioculturais das áreas a serem impactadas. A partir disso, será feito um estudo sobre a viabilidade do empreendimento e, se for concedida a LP, o empreendedor deverá apresentar, na fase seguinte, as propostas de medidas minimizadoras dos impactos ambientais. Caso essas propostas sejam aprovadas, as mesmas autorizam o início da implantação da atividade a partir da qual será avaliada e julgada a concessão da LI, que permite o início da instalação da obra. Por fim, temos a LO que é a etapa que, se cumprida com todos os

requisitos anteriores, autoriza o início da operação e o funcionamento da atividade licenciada.

Podemos concluir por vez, que a política em questão foi elaborada nos moldes que poderiam considerá-la eficiente, uma vez que possui imputações racionais, calcadas em um planejamento que passa por etapas, onde há prazo e atribuições estipuladas para a realização do procedimento, no caso, da obra.

Participação e Legitimação

Embora se reconheça a importância do instrumento de licenciamento, cabe enfatizar os seus problemas estruturais e procedimentais, principalmente, quando o assunto em questão são os conflitos socioambientais devido a uma idéia específica e hegemônica de desenvolvimento, decorrente de interesses privados.

No que se refere ao EIA/RIMA, dada a sua relevância enquanto base para o licenciamento, vale ressaltar a falta de transparência na elaboração do Estudo, uma vez que as empresas de consultoria ambiental são contratadas pelo próprio empreendedor. É o que revela o caso estudado. Segundo dados obtidos no relatório de Estudos de Impacto Ambiental – EIA (2008) *apud* Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB (2012), a logística do mineroduto da Ferrous foi planejada para atravessar principalmente as zonas rurais, pois essa medida amenizaria os possíveis problemas socioambientais se comparado com as áreas urbanas. Essa postura foi justificada pela empresa, por considerar que essas localidades têm uma densidade demográfica muito baixa, além de não serem produtivas economicamente.

Por sua vez, o mesmo relatório enfatiza a contradição do estudo do empreendedor e a realidade presente, pois a partir dos estudos da AGB e da menção do IBGE, essas áreas rurais são compostas por pequenas propriedades fundiárias, que têm como característica a produção de alimentos para o sustento da família e abastecimento do mercado. Dessa forma, a região rural não possui uma densidade demográfica baixa como apontava o EIA/RIMA (AGB, 2012).

Portanto, o que se observa é um jogo de interesses, pois o consultor depende do financiamento do empreendedor e, dessa forma, tende a elaborar um projeto que contemple as exigências do licenciamento, mesmo que seja necessário mentir e negligenciar fatos para preservar o cliente. Dessa forma, pode-se entender o EIA/RIMA

como uma mercadoria por estar inserido na lógica do mercado de interesses privados (LACORTE e BARBOSA, 1995).

Ademais, o Termo de Referência que orienta o processo de definição dos aspectos que devem ser apreciados no EIA/RIMA deveria ser feito juntamente com a participação da sociedade e comunidade atingida, com o intuito de realizar um plano de estudo que contemple as demandas dos atores envolvidos. Todavia, a sociedade só tem conhecimento sobre o projeto após a realização dos EIA/RIMAs e em geral isso acontece no momento da Audiência Pública. Essa medida, portanto, contraria as diretrizes encontradas na legislação que regula a composição do EIA/RIMA, presente no art. 5º da Resolução CONAMA 001, de 23/01/86:

I - Contemplar as alternativas do projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto;

II - Análise dos impactos ambientais, através de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes; seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas; a distribuição dos ônus e benefícios sociais.

Outro problema referente à participação das comunidades no processo de construção de um mineroduto diz respeito à dificuldade de acesso à informação e em se obter documentos devido à distância entre a localização das comunidades e os departamentos administrativos ambientais. Além das dificuldades geográficas, temos também o problema da linguagem inclusiva, ou melhor, a falta dela, pois os documentos e termos referentes ao empreendimento aparecem com uma nomenclatura específica e técnica, proveniente de um campo específico de “capital simbólico”, que, para ser compreendida, há a necessidade de conhecimento técnico. Essa questão implica em uma das principais vias de marginalização e negligência da população.

Além do mais, outro momento importante do procedimento do licenciamento ambiental é a Audiência Pública, essencial para se entender sobre as possibilidades de uma participação democrática e efetiva do público, bem como a inclusão de demandas apresentadas pelos atores sociais envolvidos.

Na prática, a Audiência Pública é uma instância legal e obrigatória para se conseguir a licença, apesar de que ela, por si só, não seja condição suficiente para

admissão ou rejeição do projeto. Por ora, cabe nesse momento consolidar a legitimação da cena democrática, pois deve ser apresentado o projeto do empreendimento ao público e espera-se que nessa ocasião haja debate e diálogo com a comunidade sobre as possíveis demandas, conhecimentos, críticas e implicações acerca do empreendimento para serem incorporados ao projeto.

Entretanto, o que se verifica na prática é que o seu fundamento institucional não garante que, nesse espaço, haja uma participação democrática das comunidades, passando a configurar-se, tão somente, como um procedimento de cumprimento da lei, ou seja, de uma determinação formal, sem uma real efetividade dos objetivos propostos na norma ambiental.

Portanto, podemos concluir que o elemento da participação e a legitimidade apresentado no “Esquema de Tilly”, que está relacionado com o fortalecimento do regime democrático e a incorporação de demandas de grupos sociais, não é devidamente garantido com o atual modelo institucional do licenciamento ambiental, se analisarmos apenas sob o ponto de vista da implementação. Porém, se analisarmos as regras e os elementos que compõem a política, por si só, podemos considerar que há mecanismos que possibilitam a participação social.

É o que se verifica no caso da Ferrous. Apesar das implicações reveladoras na entrevista e nos dizeres da pesquisa, a audiência pública realizada para cumprir com os procedimentos legais teve pontos positivos. O esforço da resistência dos atores sociais culminou em uma assembleia popular realizada em maio de 2012 na Câmara municipal na cidade de Viçosa para analisar o projeto da Ferrous e na audiência pública promovida pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), realizada em julho de 2012, na localidade do Paraíso em Viçosa, onde foram feitas denúncias sobre a violação dos direitos humanos e os possíveis problemas socioambientais, principalmente, a respeito do abastecimento de água na cidade de Viçosa.

Como resultado dessa mobilização, foi feita a suspensão dos trâmites de licenciamento ambiental para a permissão da construção da obra, mediante a exposição de um estudo de pesquisa detalhado sobre os problemas não levantados pela empresa e negligenciados no Estudo de Impacto Ambiental - EIA, o qual foi invalidado pelo Ministério Público de Minas Gerais. Até o fechamento deste trabalho, a Ferrous não entrou com novo processo de abertura do licenciamento. Segundo relato adquirido com um membro do PACAB que entrevistou funcionários da Ferrous, a empresa afirma:

“O projeto está suspenso e sem previsão de retomada, né? Foi feito um acordo com o ministério público. O projeto foi totalmente suspenso, a empresa não tem intenção de retorná-lo no curto prazo, é a parceria com o ministério público, né? O acordo com o ministério público prevê que quando a gente decidir retomar o projeto 6 meses antes a gente tem que fazer um diagnóstico amplo sobre o impacto do projeto na bacia hidrográfica da região e uma proposta de revisão de traçado, é isso que está no acordo com o ministério público” (Senhora J, funcionária da Ferrous, pesquisa de campo, 2014).

Vale ressaltar que foi em um contexto de atuação conjunta entre as diversas organizações e instituições que houve a possibilidade de ganhos por parte dos atingidos, que ocorreu devido à mediação de atores sociais organizados na assembleia. Representantes da Campanha estudaram o EIA/RIMAs da Ferrous para obter argumentos contra o empreendimento. Daí a importância dessa rede que surgiu na região.

Identidade

O processo de licenciamento ambiental é marcado também pela construção de identidade desempenhada pelo Estado para o estabelecimento de concepções favoráveis para um projeto de desenvolvimento hegemônico. Para tanto, há a inclusão e modificação de regras e normas ambientais para estabelecer e prevalecer uma visão de representação do “bem comum”, justificada, muitas vezes, através do cientificismo e com o respaldo jurídico, mas que, na verdade, ao ser implantada, as leis negligenciam a diversidade sociocultural. Com o intuito de viabilizar o projeto da Ferrous, por exemplo, foi declarado, no Minas Gerais Diário do Executivo (2010), que todo o espaço de construção da obra foi ponderado de utilidade pública pelo governo de Minas Gerais:

Declara de utilidade pública, para desapropriação, constituição de servidão administrativa e ocupação temporária, terrenos situados nos Municípios que menciona, necessários à construção do Mineroduto Ferrous, bem como de suas instalações complementares, e dá outras providências.

O decreto que autoriza as expropriações para as obras da empresa foi divulgado em maio de 2010, sendo que a Licença Prévia (LP - nº409/2011) só foi emitida em 22 de junho de 2011. Percebemos assim, que o executivo se antecede à instância ambiental, negligenciando os trâmites legais expressos na lei, já facilitando os trâmites jurídico-burocráticos para os processos de desapropriação e concessão para a instalação do empreendimento.

Essa evidência aponta para uma questão ainda mais profunda e paradoxal: se por um lado temos a disseminação por parte do Estado de uma visão que toma o meio ambiente como um curso e um conjunto homogêneo de matéria prima para o desenvolvimento e a acumulação, ao mesmo tempo temos o meio ambiente enquadrado na lógica da sustentabilidade, da valorização dos aspectos e sistemas específicos, particulares, singulares e, que é, portanto, insubstituível. Nesse contexto, os conflitos ambientais assinalam para as diferentes racionalidades em torno da noção de meio ambiente, colocando em tema projetos múltiplos de sociedade.

Esse pensamento que compreende o licenciamento como uma adequação da lógica desenvolvimentista impossibilita, por sua vez, que as comunidades locais participem como sujeitos constitutivos da própria realidade, o que consiste em uma política de discurso democrático vazio. Portanto, os conflitos travados durante o processo de licenciamento refletem e apontam para um jogo de interesse político.

Distribuição de Recursos

Por último, temos a questão da distribuição de recursos que o licenciamento prevê, mas tal como vem sendo gerido na prática, não cumpre com as metas estabelecidas pela legislação ambiental, uma vez que há uma oligarquização do controle dos órgãos ambientais, onde as decisões tomadas são concentradas em um grupo minoritário que atuam nessa esfera, averiguando, assim, agentes, ora ocupando cargos públicos deliberativos ora atuando como consultores e empreendedores, bem como a cooptação de agentes para liberar as licenças (CARNEIRO, 2003).

Através da análise do nosso material, podemos inferir que grande parte dos atingidos diretamente são agricultores familiares e sítiantes, os quais relatam que a implantação do mineroduto tem trazido diversas preocupações. Foi possível perceber na vivência a campo que uma das maiores preocupações dos atingidos refere-se à ausência de comprometimento da empresa Ferrous com a comunidade, uma vez que as negociações estão sendo feitas de modo a violar direitos sociais, como a plena reparação e direito à moradia, a qual se reflete na baixa remuneração dos imóveis. Além do constante fluxo de informação desencontrada que se chega à comunidade local. Assim,

Eles alegam que estão sendo injustiçados e que terão prejuízos econômicos e danos ambientais em suas propriedades causados pela instalação do mineroduto. Muitos produtores sobrevivem da agricultura familiar e outros da

produção e comercialização de produtos agrícolas. Com o mineroduto, as propriedades correm o risco de não servirem mais para a produção de café, frutas cítricas e eucaliptos, por exemplo. Outra preocupação é em relação à região, que é cercada por montanhas e muitas propriedades, terá formação de taludes (barranco), modificando a paisagem natural e prejudicando o valor comercial da mesma (TRIBUNA LIVRE, 2011, p.17).

Além do mais, os resultados valiosos mostrados no primeiro capítulo deste trabalho explanam todos os problemas referentes à violação de direitos humanos. Nesse sentido, cabe questionar que apesar da política de licenciamento elucidar sobre a questão da garantia da distribuição de recursos, na prática, nem sempre ela se concretiza.

Para Tilly, a garantia de se extrair recursos é de uma proficuidade indiscutível, dado que é a partir dessa atividade que provém a capacidade dos indivíduos de escorarem um processo crescente de aumento da produção, acumulação de riqueza e, por assim dizer, a conquista de poder.

Podemos entender essa questão também a partir dos estudos realizados pelos cientistas sociais que fazem parte do projeto *World Values Survey* (1981), os quais concluíram que a concretização do desenvolvimento humano perpassa sobre as engendradas do desenvolvimento econômico.

É possível sustentar, a partir de toda essa análise feita sobre os alicerces e os mecanismos burocráticos que envolvem a política de licenciamento ambiental, que o problema no Brasil não seria uma questão relativamente institucional, mas, sobretudo, um problema de efetivação de processo de implementação de políticas. Ou seja, mediante as ações apresentadas por Tilly, podemos entender que a criação da política de licenciamento ambiental ocorreu para solucionar problemas relativos à ordem pública e estabilidade institucional, contribuindo, portanto, para o desenvolvimento político. Nela, verificam-se mecanismos de sua tipologia que são os de *ingerência, integração, legitimidade, participação, identidade e distribuição*. O significado dessas categorias nos permite compreender a política como instrumento burocrático racional, por constituir o arcabouço institucional que dá sustentação para a utilização e extração de recursos, a formação de alianças e a garantia de participação social.

Assim, há potencialidades positivas no caso estudado através das categorias de Tilly e foi possível verificar isso porque o diagnóstico de Huntington vale para o sistema político em geral.

Entretanto, quando a Lei sai do âmbito da gênese e passa para a fase da implementação, observam-se problemas estruturais e procedimentais da administração

brasileira, marcada por uma cultura societária pouco cívica, na qual verifica-se o “jeitinho brasileiro”, o clientelismo, a corrupção, bem como um sistema de ação “top down”. Além do mais, temos uma estrutura do sistema político brasileiro que reflete um Estado maior que a sociedade civil, o executivo predomina sobre o legislativo e a União predomina sobre os entes federativos. Diagnóstico este que caracteriza o Estado como sendo cartorial, pretoriano, que tem como resultado a cooptação de interesses privados, aspectos que não favorecem um sistema cívico. Daí a importância de se entender a questão do Estado brasileiro no que se refere à governança e governabilidade. Questão essa que não será abordada nesse trabalho.

A questão da implementação também pode ser compreendida conforme indica Skowronek (1993): na vida social têm-se problemas que ocasionam crises e pressões de atores sociais; esses, no entanto, fazem pressão sobre a máquina estatal para mudar ou reestruturar as instituições; os agentes públicos recebem essas demandas e mediante um cálculo de custo e benefício, definem o tipo de respostas que darão para as demandas; essas respostas estão relacionadas com a conjuntura e arranjos institucionais e políticos que determinaram seus interesses particulares, benefícios e cargos.

Portanto, o autor considera o comportamento dos atores públicos como o aspecto problemático do processo, pois a criação ou não de políticas públicas, bem como a sua implementação, dependem de ações de agentes do aparelho estatal que serão dadas, muitas vezes, com base em seus interesses privados.

Porém, vale ressaltar que as ações e pressões exercidas pelos movimentos sociais e atores sociais não são irrelevantes, mas, pelo contrário, ocupam um espaço de importância extrema nesse processo, pois é através desse processo de ações externas ao Estado e as respostas provenientes dos agentes públicos que se tem a possibilidade de criação de instituições, principalmente por haver múltiplos interesses dentro do governo, gerando assim conflitos entre as elites governantes. Portanto, a complexa mobilização de atores em torno de uma estrutura de rede foi de total importância para se conseguir mobilizar competências para intervir na realidade.

Dando-se maior destaque para a questão do desenvolvimento político, no caso estudado não foi verificada a frustração de mobilização porque a mobilização só ocorreu a partir de um esforço de grupos e não por conta de uma aspiração econômica. Apesar de existir o Estado Cartorial, de não termos uma cultura cívica, pode-se constatar, positivamente, que na gênese da política de licenciamento ambiental há a contribuição para um possível desenvolvimento político exatamente por permitir, através dos

movimentos e atores sociais, maior participação no processo, além de as regras institucionais norteadoras dessa política serem fundamentadas por uma complexidade de coerência e racionalidade.

No caso estudado, essa evidência torna-se clara, principalmente, em relação ao ganho conseguido com a paralisação do processo de licença ambiental, através de um esforço contínuo de agentes sociais que trabalharam para esclarecer e evidenciar ao público todos os problemas decorrentes desse empreendimento. Podemos, mediante as análises das categorias de Tilly, então compreender que há evidências de contribuição para o desenvolvimento político.

Considerações finais

O acompanhamento e a análise do processo de mobilização social contra o empreendimento minerário da Ferrous na microrregião de Viçosa possibilitou verificar que a tomada de decisões no processo de licenciamento não se constitui como um campo de debate, mas enquanto lugar que tal conflito se expressa. A participação no processo de licenciamento se dá mediante uma assimetria, uma vez que empreendedor e comunidade atingida se encontram em posições desiguais no campo ambiental.

Os dados nos mostram que a política de licenciamento é problemática na sua fase de implementação, mas contém elementos, em sua gênese, que contribuem para o desenvolvimento político, principalmente por permitir a participação social. Destaca-se, ainda, que as falhas existentes no processo de implementação nos possibilitaram a entender o quão importante foi o papel da sociedade no caso estudado para obtermos posicionamentos positivos.

A questão norteadora da primeira parte da pesquisa foi a de identificar as relações que no seio de uma articulação se estabelecem entre as práticas organizacionais e a mobilização de competência para lutarem contra o empreendimento minerário da Ferrous na microrregião de Viçosa. Dessa forma, como estratégia para tornar a causa visível, houve trocas de experiências entre as comunidades de risco com os moradores das comunidades atingidas pelos empreendimentos, já que a empresa afirma para os atingidos que o empreendimento só trará muitos benefícios à população. Outras estratégias foram a presença de vários grupos em reuniões ordinárias na Câmara e a procura para estreitar os laços com os políticos locais, a fim de buscar apoio dos órgãos públicos.

Os últimos resultados da mobilização dos atores sociais foi e à revogação das autorizações dadas pelas prefeituras de Viçosa e Paula Candido a passagem do mineroduto, a moção de repúdio ao mineroduto pela Câmara Municipal de Paula Candido e a assinatura do protocolo de impetração na ação civil pública pelo prefeito de Viçosa.¹³

Dessa forma, é de fundamental importância entender e aprofundar as reflexões sobre esse intenso processo atual pelo qual a região da Zona da Mata está passando, pois apesar de a exploração na região ser antiga, observam-se fenômenos novos com novos atores sociais que, mapeados, poderão fornecer elementos argumentativos para a luta dos movimentos sociais, setores da sociedade civil e do setor público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGB, Relatório sobre os Impactos Socioambientais do Mineroduto da Ferrous na microrregião de Viçosa-Mg – Seção Local Viçosa. Disponível em:

¹³ Para maiores informações acessar <http://campanhapelasaguas.blogspot.com.br/>. Reportagem do dia 8 de Dezembro de 2014

http://www.agb.org.br/documentos/2012/relatorio_AGB_ferrous.pdf. Acesso em: 05 ago. 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlo. **Capitalismo dos técnicos e democracia**. Fundação Getúlio Vargas. Versão de 2 de março de 2006.

BLOG CAMPANHA PELAS ÁGUAS. Campanha pelas águas e contra o mineroduto da Ferrous. Disponível em: <http://campanhapelasaguas.blogspot.com.br>. Acesso em durante toda a pesquisa entre 2013 a 2014.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. V. 1.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (editor). **Dicionário do Desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Tradutores Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 59-81.

FONSECA, Bruno Costa da; OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de; SOUSA, Dayane Rouse Neves. Conflitos ambientais: atores, causas e desdobramentos na zona da mata mineira. **Revista Caminhos de Geografia**, v. 13, n. 42 p. 271-287, Jun. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16743>. Acesso em: 05 ago. 2014.

FURTADO, Celso (1961) **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.

GESTA. **Mapa dos conflitos ambientais de Minas Gerais**. Disponível em <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/observatorio-de-conflitos-ambientais/mapa-dos-conflitos-ambientais/>. Acesso em: 05 ago. 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GONÇALVES, Eduardo; MOREIRA JÚNIOR, Jackson Fernandes. **Agenda regional de desenvolvimento da zona da mata**. Disponível em: <http://www.ufjf.br/secom/files/2011/09/Agenda-documento-Final-I-10-06-2011.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2014.

JORNAL TRIBUNA LIVRE. Produtores se reúnem contra mineroduto. Viçosa, p.17, 24 de jun. 2011.

LANDIM, F. L. P. *et al.* Redes sociais informais no cotidiano de uma comunidade da periferia de Fortaleza. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v.11, n.1, p. 16-23, jan./abr. 2006.

MAGALHÃES, Tiago Luís. **As minas gerais e o século do ouro**: antecedentes da descoberta do ouro. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/pae/>. Acesso em: 08 ago. 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTELETO, Regina. M. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n1/a09v30n1>. Acesso em: 08 ago. 2014

MCMICHAEL, P. “Colonialism”. **Development and Social Change**. Segunda edição. Thousand Oaks, California: Pine Forges Press. Resumo em português, 2000, p. 1-6.

MISOCZKY, M. C. Abordagem de redes no estudo de movimentos sociais: entre o modelo e a metáfora. **Revista Administração Pública**. v.43, n.5, p. 1147-1180, set. / out. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n5/v43n5a08.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2014.

OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa. **Religião e mobilização social na arquidiocese de Mariana/MG**. 2005. 174f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2005.

PINTO, A. M.; JUNQUEIRA, L. A. P. Relações de poder em uma rede do terceiro setor: um estudo de caso. **Revista Administração Pública**. v.43, n.5, set./out. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n5/v43n5a06.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2014.

REIS, Flávio Wanderley. **Mercado e Utopia**. 2009

ROTHMAN, Franklin Daniel. A expansão dos projetos de barragens e mineração na Zona da Mata - MG: articulando as lutas de resistência a favor da agricultura familiar. *In: I SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO E CONFLITOS AMBIENTAIS*, 1., 2008, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2008.

SACHS, Wolfgang. Introdução. *In: SACHS, Wolfgang (editor). **Dicionário do Desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder.* Tradutores Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 11-17.

SANTOS, Pollyana Martins. **Licenciamento, conflito e justiça ambiental**: uma análise a partir dos coletivos em rede na zona da mata mineira. 2012. 169f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2012.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jun./abr. 2006.

SCHERER-WARREN, I. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória?. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, set./dez. 2008.

SOARES, J. B. . Considerações Sobre o Estudo de Políticas Públicas e do Desenvolvimento Político. *In: Silvia Harumi Toyoshima; Elaine Aparecida Fernandes. (Org.). **Desigualdade, Pobreza e Meio Ambiente**.* 1ed.Viçosa, MG: Editora UFV, 2012, v. , p. 86-112.

SOARES, J. B. . Política Nacional de Recursos Hídricos: Aspectos da Elaboração do Marco institucional. *Ação Ambiental (UFV) JCR*, v. XII, p. 07-09, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

ZHOURI, Adréia; ROTHMAN, Franklin Daniel. Assessoria aos atingidos por barragens em Minas Gerais: desafios, limites e potencial. *In: ROTHMAN, Franklin Daniel (org.). **Vidas alagadas**: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens.* Viçosa: UFV, 2008.

